

seu acesso às riquezas produzidas são dificultadas pelos diferentes mecanismos engendrados pelo preconceito racial. Os institutos de estatísticas oficiais divulgam abertamente as pesquisas que comprovam que o racismo é um fenômeno estrutural e afeta as diferentes possibilidades de inclusão dos negros e negras na sociedade.

Os Movimentos Negros, tendo conquistada essa importante etapa do reconhecimento público de que o racismo está presente nas relações sociais e um fator fundamental das desigualdades sociais, busca nesse momento encontrar alternativas de reparação que favoreça a inclusão das populações negras nas riquezas produzidas pela sociedade.

Uma das conquistas recentes foi a mobilização da opinião pública nacional e internacional, no sentido de pressionar os governantes brasileiros a assumirem uma postura diferente daquela historicamente adotada, de divulgar no exterior, através dos órgãos diplomáticos, de que o Brasil era uma referência de democracia racial no mundo.

Na preparação da recente Conferência Internacional da ONU contra o racismo, a intolerância e xenofobia, os Movimentos Negros obrigaram o Governo Federal a assumir compromissos concretos, tanto nos discursos de condenação do racismo no Brasil e no mundo como no sentido de adoção de políticas práticas de Ação Afirmativas, isto é, de reparação material e simbólica dos danos causados pelo racismo aos homens e mulheres negras. Percebemos, entretanto, que após a realização da referida Conferência as decisões governamentais nem de longe correspondem aos discursos grandiloquentes do Presidente da República de solidariedade a causa dos negros e negras brasileiras. Ao contrário. O documento assinado no dia 13 de maio pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso que vetou o Projeto de Lei, aprovado por unanimidade pelo Congresso Nacional, que regulamentava a aplicação do Artigo 68 dos Atos e Disposições Transitórias Constitucionais que impõe ao Estado a responsabilidade de titular as terras das comunidades remanescentes de quilombos é um exemplo da falta de compromisso do atual governo. Tal decisão é um flagrante desrespeito às representações das comunidades de quilombos que discutiram exaustivamente o referido Projeto de Lei e o Poder Legislativo que o aprovou por consenso. Porém, para os que tem acompanhado a trajetória do governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, que se preocupa exclusivamente com os grandes empresários do país, esta atitude não chega a ser surpreendente.

A origem da idéia de Ações Afirmativas como políticas ou programas de reparação e compensação a grupos sociais comprovadamente discriminados, pode ser localizada no bastante tradicional conceito legal inglês de equidade, ou seja, antes da norma legal expressa,

